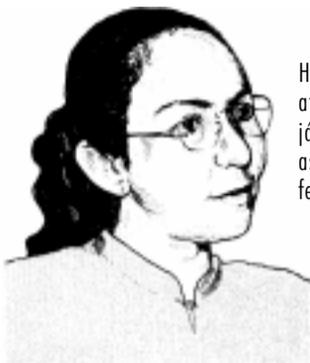


JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

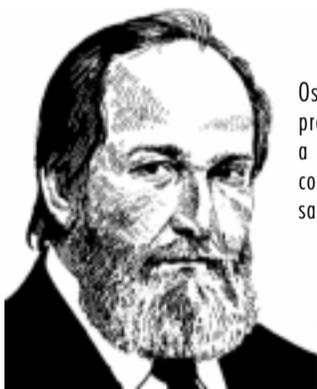
ANO VI – Nº 1.164 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 2000



Heloisa Helena afirma que o MST já cumpriu todas as exigências feitas pelo governo

Heloisa pede ao governo que abra diálogo com MST

PÁGINA 2



Osmar Dias: projeto obriga TCU a examinar gastos com áreas de saúde e educação

Relatório do TCU deve incluir análise de gastos sociais

PÁGINA 3



Carlos Patrocínio diz que atual modelo de escola rural é inadequado

Patrocínio quer modernização do ensino no campo

PÁGINA 4



Na apreciação do projeto do Orçamento o Congresso levará em conta o novo cenário econômico internacional

Alta do petróleo pode levar a revisão de meta do Orçamento

Nota técnica preparada pelas consultorias de orçamento e fiscalização da Câmara dos Deputados e do Senado alerta para o impacto do chamado “risco petróleo” – o aumento dos preços internacionais do produto – no projeto do Orçamento da União para 2001

PÁGINA 3

MUDANÇAS NO PROJETO

O que propõem as emendas

Evitar o controle de empresas privatizadas por fundos de pensão de estatais

Garantir a paridade entre participantes e patrocinadores nos conselhos deliberativos dos fundos



“O objetivo é evitar a confusão entre interesses públicos e privados.”
José Fogaça (PMDB-RS), relator

FUNDOS DE PENSÃO COMEÇAM A SER REGULAMENTADOS

A Comissão de Justiça do Senado colocou em sua pauta parecer do senador José Fogaça a um dos três projetos enviados pelo governo para regulamentar a reforma da Previdência.

PÁGINA 4

CCJ discute privatização de empresas de saneamento

Fixação de uma “tarifa social” para população carente é uma das medidas previstas em projeto que disciplina a privatização de empresas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

PÁGINA 4



Morre o ex-senador José Saad aos 75 anos

PÁGINA 2

CAE votará fundo para seguro rural

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá votar, em decisão terminativa, projeto de lei complementar do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que pretende viabilizar a operação de seguros rurais no país. Porto propõe a criação de um fundo de estabilidade, bancado com verbas públicas, para garantir o pagamento de indenizações quando os recursos arrecadados pelas seguradoras forem insuficientes para cobrir os prejuízos.

Embora previsto no decreto que regulamenta o sistema nacional de seguros privados, a ser alterado pelo projeto, o seguro agrícola só é oferecido no país pela Companhia de Seguros de São Paulo (Cosesp). Além



Porto: medida ampliará a oferta do seguro rural

do caráter deficitário, esse tipo de operação exige cálculos mais complexos para determinar os riscos de sinistro, o que, segundo Porto, torna inviável sua oferta. Ao justificar sua proposta, o senador mineiro diz que o fundo de estabilidade deverá assegurar, a longo prazo, a sobrevivência das seguradoras privadas que decidirem atuar com a carteira rural. "A disseminação do seguro agrícola favoreceria os investimentos na agricultura, por garantir o crédito e prevenir os danos causados pela inadimplência generalizada", afirmou.

Favorável à iniciativa, o relator do projeto na CAE, senador Luiz Otávio (sem partido-PA), acredita que o fundo vai permitir que as operadoras disseminem a carteira de seguro agrícola no território nacional. Luiz Otávio defende a iniciativa por entender que a adoção de zoneamento agrícola e a oferta de melhor assistência técnica às lavouras não são suficientes para tornar essa opção rentável para as seguradoras.

Heloísa defende retomada de diálogo entre governo e MST

Segundo a senadora, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra já cumpriu todas as exigências, inclusive a saída dos prédios públicos

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) fez ontem apelo ao governo federal para que sejam retomadas as negociações com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ela destacou que os trabalhadores já cumpriram todas as exigências feitas pelo governo, retirando-se dos prédios públicos e das áreas vizinhas à fazenda dos familiares do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Heloísa enfatizou a necessidade de reabertura das negociações dizendo que o calendário agrícola não pode esperar. A senadora lembrou que a pauta de reivindicações do MST não é nova, pois foi apresentada em julho passado. Os trabalhadores pleiteiam créditos de custeio para os assentamentos, assistência técnica, sementes e cumprimento dos convênios para levar educação a crianças e adultos.

Conforme a senadora, os trabalhadores "não pretendem ficar invadindo prédios públicos ou permanecer em vigília" diante da fazenda Córrego da



Heloísa Helena afirmou que os sem-terra querem voltar o quanto antes aos assentamentos

Ponte, no município de Buritis (MG). "Eles querem voltar para seus assentamentos e trabalhar a terra, que é sua vocação. Se o governo quiser acabar com o MST, só precisa fazer a reforma agrária e assentar os trabalhadores", afirmou.

ASSASSINATO

Heloísa Helena informou ao Plenário que hoje completa um ano o assassinato dos enfermeiros Marcos e Edma, militantes sindicais do Rio de Janeiro que estavam investigando desvios de verbas em hospitais públicos. O inquérito para apura-

ção do crime já passou por várias instâncias e hoje se encontra na Delegacia de Repressão a Ações Criminosas, mas quase nada foi apurado, disse.

De acordo com a senadora, os sindicalistas que faziam parte do grupo de investigação de Marcos e Edma continuam recebendo ameaças de morte. "É abominável que essa situação perdure sem que as autoridades tomem as devidas providências", disse. Ela informou que o dia será marcado por uma passeata, no Rio de Janeiro, em protesto contra a impunidade.

Senadora critica redução da atividade parlamentar

A senadora Heloísa Helena criticou ontem a reduzida atividade parlamentar em razão da participação dos senadores nas campanhas eleitorais nos municípios. Segundo disse, o "recesso branco", caracterizado pela realização de menor número de sessões plenárias, não é justificativa para o esvaziamento das funções do Senado, como a fiscalização dos atos do Executivo.

— Eu também estou virando a noite e acordando de madrugada para participar das campanhas elei-

torais, mas continuo atuando aqui — disse a senadora.

Conforme Heloísa Helena, é "inadmissível" que os senadores não estejam se mobilizando para "tratar de questões graves e urgentes". É o caso, citou, da apuração das acusações contra o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge, que teria participado da liberação de verbas para a construção do fórum trabalhista de São Paulo.

A senadora observou que o presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, senador Romero

Jucá (PSDB-RR), não convocou reunião para reiniciar as investigações sobre as acusações envolvendo Eduardo Jorge, interrompidas desde a desativação da Subcomissão do Judiciário. Para Heloísa Helena, os três senadores opositores que fazem parte da comissão não teriam instrumentos legais para sozinhos fazer o colegiado funcionar.

— A fiscalização, além de competência constitucional do Senado, é uma das nossas atividades mais nobres — afirmou a senadora.

Morre o ex-senador José Saad

O ex-senador José Saad faleceu ontem em Brasília após complicações renais. Saad cumpriu o mandato de janeiro de 1998 a dezembro do ano passado, após o falecimento do titular do cargo, o ex-senador Onofre



Saad faleceu ontem em Brasília, após complicações renais

Quinan. Saad tinha 75 anos e estava internado no Hospital Sarah Kubitschek havia uma semana.

José Saad foi um dos fundadores do MDB em Goiás e governou o município de Formosa (GO) por três mandatos. "Grande parte das obras públicas da cidade foram construídas por ele", disse o senador Iris Rezende (PMDB-GO), lembrando ainda a oposição de Saad ao regime militar e a importância do ex-senador para o crescimento do PMDB em Goiás.

— Ele nunca titubeou nos piores momentos do arbítrio e sempre teve uma postura em defesa da democracia. Atualmente era candidato a vice-prefeito de Formosa — disse Iris.



QUINTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 2000

| PLENÁRIO |
|---|
| 10h — Sessão não deliberativa |
| PREVISÃO PLENÁRIO |
| Sexta-feira 9h — Sessão não deliberativa |

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquêas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo 1 do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Osmar sugere critérios para o TCU fiscalizar contas federais

Projeto de lei apresentado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR) pretende incluir, no relatório prévio apresentado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os gastos do governo, uma análise detalhada dos programas relacionados à saúde e à educação. A proposição modifica a Lei Orgânica do TCU, acrescentando parágrafos ao artigo que trata da fiscalização das contas do presidente da República.

Em sua justificativa, o senador disse ser importante que o TCU envie aos parlamentares "dados substanciais relacionados a áreas de relevante interesse para o futuro, quais sejam, saúde e educação". A matéria está em fase de recebimento de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que pode aprová-la em decisão terminativa. Ou seja, caso a matéria seja aprovada na CCJ e não haja recurso para que seja votada em Plenário, seguirá direto para a Câmara.

O projeto também inclui no parecer prévio do TCU o impacto das finanças estaduais no déficit público consolidado da União e um relatório sobre todas as obras realizadas no período analisado. Também deverão constar do relatório números sobre as obras em andamento.

O projeto acrescenta ainda duas



Osmar Dias propõe que o TCU faça uma análise detalhada dos programas de educação e saúde

novidades ao relatório do TCU. Ele deverá trazer informações sobre os poderes Legislativo e Judiciário e terá 180 dias para ser votado no Congresso. Para o senador, "não se pode permitir que o julgamento de tais contas fique sem ter prazo definido". Osmar Dias observou que algumas contas são julgadas muitos anos depois do fim do mandato do chefe do Poder Executivo.

O senador afirma que pretende dar maior efetividade ao julgamento das contas do governo, feita pelo Congresso. Para ele, "é fundamental que a apreciação das contas do governo assuma *status* adequado à sua importância para o país, visto que é da apreciação das mesmas que se pode inferir o sucesso das políticas públicas em andamento".

CCJ avalia financiamento para profissionais liberais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinará projeto do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) que cria uma linha de crédito especial — chamada de Programa de Financiamento a Profissionais Liberais (Fiprol) — para profissionais liberais recém-formados



Luiz Otávio: linha do BNDES para beneficiar o Norte e o Nordeste

que queiram estabelecer-se nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A matéria recebeu parecer favorável do relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

Álvaro Dias apresentou emenda ao projeto estendendo os benefícios do programa aos profissionais liberais que desejem trabalhar na região Centro-Oeste, e não apenas nas regiões Norte e Nordeste, como previa o texto original. Outra emenda apresentada pelo relator estabelece que o financiamento poderá ser concedido também a profissionais li-

berais formados em outras regiões que desejarem se estabelecer nas regiões beneficiadas, e não apenas àqueles que ali se formarem, como estava previsto no projeto original.

O programa será administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES) e as linhas de crédito terão como agentes financeiros operadores o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste. Também poderão ser usados recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou voto em separado, pela rejeição da matéria. Alcântara observou que o Ministério do Trabalho já tem programa que atende a esses objetivos.

Petróleo ameaça metas do Orçamento, diz nota técnica

Para consultorias do Congresso, a elevação do preço do produto pode ter sido desconsiderada, afetando as previsões de receita e inflação

Nota técnica sobre o projeto do Orçamento 2001, preparada pelas consultorias de orçamento e fiscalização da Câmara e do Senado e divulgada ontem, afirma que o governo "pode não ter considerado adequadamente" o "risco petróleo". O Orçamento trabalha com uma cotação internacional média do barril em US\$ 24,60 ao longo do próximo ano, valor bem abaixo de boa parte das previsões feitas por especialistas nos últimos dias.

O problema existe, conforme a nota técnica, porque o Orçamento 2001 conta com uma receita de R\$ 6,5 bilhões da chamada "Parcela de Preço Específico" (PPE), uma sobretaxa aplicada aos preços cobrados pelas refinarias. Com o aumento do preço do petróleo, ou o governo se contenta com uma arrecadação menor (fazendo cortes de despesas), ou aumenta os preços dos combustíveis. Neste ano, o governo previa arrecadar R\$ 3,4 bilhões com a PPE, mas ultimamente já admite contar com apenas R\$ 800 milhões, por causa das elevadas cotações do petróleo.

Para os técnicos do Congresso Nacional, se os preços dos combustíveis aumentarem, o governo poderá comprometer várias de suas metas econômico-financeiras, pois a inflação tenderá a subir. A situação se complica mais ainda porque a projeção inflacionária contida no Orçamento de 2000 "provavelmente" está subestimada, gerando reflexos negativos no próximo ano.

No geral, a nota técnica concorda com os números apresentados pelo governo. A taxa média de juros de 14,23% para os títulos federais é compatível com o crescimento de 4,5% da economia brasileira no próximo ano, conclui o documento. Com essa taxa, os gastos líquidos com juros (desconta juros a receber) deverão cair 2,78%, ficando em R\$ 45,4 bilhões. A nota alerta, no entanto, que a inflação medida pelo IGPI-DI da Fundação Getúlio Vargas, prevista pelo Orçamento 2001 em 5,86%, já está sendo revista pelo mercado para 6,8%.

Os consultores lembram que o governo só previu no Orçamento

gastos de R\$ 1,1 bilhão para bancar aumento do piso pago pela Previdência Social e pelos serviços de assistência social e seguro-desemprego, o que elevará o valor do salário mínimo dos atuais R\$ 151 para R\$ 159. Eles informam ainda que os congressistas, se quiserem aumentar o salário mínimo para R\$ 182 (US\$ 100), deverão encontrar uma fonte adicional de R\$ 2,9 bilhões (fora o R\$ 1,1 bilhão já previsto).

Na análise da dívida pública federal, os economistas do Congresso ponderam que seu crescimento acompanhará de perto o aumento do Produto Interno Bruto (PIB). A dívida líquida se manterá, nos próximos três anos, próxima de 26% do PIB.

Assim, o governo federal deverá no dia 31 de dezembro de 2001 exatamente R\$ 822,1 bilhões, conforme o projeto orçamentário. Desse total, R\$ 699,8 bilhões serão em títulos internos e R\$ 102,6 bilhões em títulos vendidos no exterior. O governo deverá ainda no exterior outros R\$ 19,7 bilhões em contratos de empréstimos.

Jefferson Péres propõe criação de fundo para desenvolver a Amazônia

Está pronta para ser votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Os recursos do fundo seriam aplicados em obras e programas nos estados do Amazonas, Acre e Roraima, excetuando-se suas capitais, e serviriam para promover o crescimento econômico daquela região em compatibilidade com a proteção do seu meio ambiente.

Destinado a vigorar de 2001 a 2013, o fundo será formado pela diferença entre a receita tributária arrecadada no estado do Amazonas e os repasses do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios. A área a ser protegida incluirá todo o território da Amazônia sujeito a restrições na exploração econômica dos seus recursos naturais, incluindo-se as



Jefferson defende que o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental vigore até 2013

reservas indígenas.

Ao pedir a aprovação da proposta, Jefferson Péres disse que a proteção dos ecossistemas amazônicos "deixou de ser reivindicação de ambientalistas românticos, agrupados em ONGs, para se tornar uma exigência universal". Ele se referiu à atual consciência de que a destruição da Amazônia provocará mudanças climáticas

em escala planetária, além de resultar na perda de uma biodiversidade cuja preservação interessa a toda a Humanidade.

Jefferson Péres também observou que a defesa do meio ambiente da Amazônia, especialmente da vegetação e da água, implica a adoção de restrições à exploração de seus recursos naturais, o que dificulta a vida de grande parte daquela população, particularmente a do interior.

Para o parlamentar, a renúncia à exploração desses recursos, em favor da preservação ambiental, exige políticas compensatórias que assegurem à população condições de sobrevivência. No seu entender, um processo contínuo de desenvolvimento só será possível com o suporte de uma fonte regular de financiamento, sem depender do capricho e da boa vontade dos governantes e do Congresso Nacional.

Comissão analisa venda de empresas de saneamento

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) está examinando o projeto de lei do Senado que regula a transferência do controle das empresas responsáveis pelo abastecimento de água e esgotamento sanitário do país. A proposta estabelece normas para a privatização, que deve se realizar por meio de subscrição ou integralização de ações ou cotas de aumento de capital. Fica proibida a venda, nas proximidades de eleições, dos equipamentos operacionais ou de ações das empresas prestadoras do serviço.

Entre as medidas previstas está a fixação de uma "tarifa social", que beneficiaria a população mais carente. Segundo o senador Romero Jucá (PSDB-RR), relator do projeto, as normas pretendem evitar que usuários de baixa renda sofram com as cobranças determinadas apenas por critérios comerciais.

— É obrigação do poder público evitar que se repita com os serviços de saneamento o quadro de injustiça social que decorreu da privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica — afirmou.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — Beleza da pele — parte 1
6h30 — Cidadania — Sen. Lauro Campos e o representante da Unesco, Jorge Werthein, falam sobre a violência e as desigualdades sociais
7h30 — Entrevista — Sen. Alvaro Dias fala de eleições e reforma política
8h — Jornal do Senado
8h30 — TV Escola — Crônicas da Terra — Cérebro
9h — Série Abrolhos — parte 3
9h30 — Especial — Palestra com o presidente da Venezuela, Hugo Chaves
10h — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — SBPC — Genoma
12h — Série Abrolhos — parte 3
12h30 — Entrevista — Sen. Alvaro Dias fala de eleições e reforma política
13h — Cores do Brasil — São Luís do Maranhão
13h30 — Cidadania — Sen. Lauro Campos e o representante da Unesco, Jorge Werthein, falam sobre a violência e as desigualdades sociais
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — Especial — Palestra com o presidente da Venezuela, Hugo Chaves
19h — Cores do Brasil — Folclore do Maranhão

19h30 — Cidadania — Sen. Lauro Campos e o representante da Unesco, Jorge Werthein, falam sobre a violência e as desigualdades sociais
20h30 — Entrevista — Sen. Alvaro Dias fala de eleições e reforma política
21h — Jornal do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
10h — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — A Voz do Brasil
Em seguida — Música e informação
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

CCJ examina relações entre governo e fundos de pensão

Está pronto para ser votado pela comissão o parecer do senador José Fogaça às três emendas de Plenário apresentadas à proposta

O projeto que disciplina a relação entre os governos federal, estaduais e municipais e as entidades fechadas de previdência privada estará em pauta na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Está pronto para ser votado o parecer do senador



José Fogaça quer "evitar confusão entre interesses públicos e privados"

José Fogaça (PMDB-RS) favorável a três emendas de Plenário destinadas a evitar o controle de empresas privatizadas por fundos de pensão de estatais e a garantir paridade entre participantes e patrocinadores nos conselhos deliberativos dos fundos.

Preocupado com a possibilidade de empresas privatizadas serem indiretamente reestatizadas, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) apresentou emenda que proíbe fundos de pensão de estatais de participar de acordo de acionistas que tenha por objetivo formação de grupo majoritário em sociedades anônimas. "O objetivo é evitar a confusão

entre interesses públicos e privados", diz José Fogaça em seu parecer favorável à emenda.

O relator também acolheu duas emendas da senadora Heloísa Helena (PT-AL) que reforçam, no comando das entidades de previdência privada das estatais, a paridade entre repre-

sentantes dos participantes e dos patrocinadores. Para Fogaça, as emendas aperfeiçoam o projeto, um dos três enviados pelo governo para regulamentar a reforma da Previdência Social, ao estabelecer redação mais clara aos dispositivos alterados.

Logo depois de as emendas serem apreciadas pela CCJ, o projeto poderá ser colocado em votação no Plenário. A proposta torna obrigatórios, para a obtenção de benefício junto ao fundo, carência mínima de 60 contribuições mensais e o fim do vínculo do beneficiado com o empregador. E proíbe o aporte de recursos a entidades de previdência privada, salvo na con-

dição de patrocinador, pela União, estados e municípios. Ainda segundo a proposta, a contribuição do patrocinador para o plano de benefícios não poderá ser maior que a do participante.

O segundo projeto de regulamentação da reforma previdenciária, que se encontra atualmente na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), disciplina o regime de previdência privada complementar e o define como de caráter facultativo, ao contrário do regime geral da Previdência, que engloba benefícios de até R\$ 1.328,25 e é obrigatório para os trabalhadores da iniciativa privada.

A proposta, relatada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), prevê a criação da portabilidade, que permite ao participante de uma entidade de previdência complementar transferir sua poupança acumulada para o plano de benefícios de outra entidade. O projeto prevê também o recebimento de benefício proporcional às contribuições, quando o fim do vínculo empregatício do participante com o patrocinador preceder a aquisição pelo primeiro do direito ao benefício pleno.

Escolas rurais devem ser modernizadas, diz Patrocínio

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defendeu a modernização do ensino oferecido às comunidades rurais brasileiras, onde as escolas funcionam de forma isolada e com apenas uma classe, de um único professor, para alunos de várias séries. Na opinião do senador, o atual modelo de escola rural é inadequado para atender às necessidades de formação dos jovens dessas comunidades.

— O campo apresenta hoje um novo perfil, e o homem que nele trabalha também é um outro homem, de quem se requer mais conhecimento, mais escolaridade, mais informação — disse.

Patrocínio chamou a atenção para a necessidade de discussão dos conteúdos a serem oferecidos ao homem do campo, para que ele possa tornar-se um "produtor rural eficiente e competitivo, melhor instru-

mentalizado nas práticas agrícolas e pecuárias".

O senador citou dados divulgados por Polan Lacki, representante da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, mostrando que muitos agricultores não conseguem desenvolver uma agricultura mais eficiente e rentável porque não foi ensinado a eles como formular e executar a atividade de forma correta. Polan Lacki sugere que a educação básica rural tenha um caráter mais instrumental.

Mesmo concordando que as instituições de ensino rural devam preparar os alunos para o trabalho no campo, Patrocínio não exclui a necessidade de essas escolas oferecerem conteúdos tidos como universais e capacitarem seus alunos para exercer seu potencial de cidadãos. "Não é por morar no campo e fre-



Carlos Patrocínio: o homem do campo hoje precisa de mais conhecimento

quentar uma escola rural que o seu destino está selado por decreto: vai trabalhar e morar na roça a vida toda", observou o senador.

Carlos Patrocínio afirmou que o Ministério da Educação conhece os problemas do ensino nas comunidades rurais e já iniciou a implantação do programa Escola Ativa, para superar algumas das dificuldades atuais. Uma das mudanças implementadas consiste em produzir livros didáticos especialmente para as classes multisseriadas. Outra modificação é a divisão dos conteúdos ministrados em módulos, permitindo ao aluno retomar o estudo do ponto em que parou.